

O RS: História, Historiografia e Mito¹

Dilse Piccin Corteze²

RESUMO

Os primeiros registros e interpretações historiográficas sobre o Rio Grande do Sul foram feitos por quadros, intelectuais e administradores, que interpretaram as visões centralizadoras do Estado colonial. Registros parciais produzidos por membros das elites regionais registraram obliquamente os interesses singulares das classes dominantes regionais. A utilização dessas fontes exige que se explicitem as razões dos narradores. É necessário identificar o autor dos depoimentos, inquirir sua relação com a nova vida, contextualizar o momento e a situação em que o depoimento foi escrito. Comumente essas narrativas foram e são tomadas ao pé da letra.

A primeira história do Rio Grande foi produzida pelo visconde de São Leopoldo, primeiro presidente da província após a Independência. Sua história inicia no momento da construção do Presídio de Rio Grande, no século XVIII até o início da imigração alemã. Interprete do poder central, sua periodização e as temáticas propostas, essencialmente descritivas, vão ser retomadas, refinadas e aprofundadas nas décadas seguintes.

O conhecimento histórico sobre o Rio Grande do Sul produzido no século XIX constituiu uma vasta e variada narrativa de fatos, datas e acontecimentos. A consciência do fato histórico expressou-se através de maneiras variadas de apreender e interpretar seu desenvolvimento.

A inserção das elites pastoris sulinas hegemônicas como produtoras de bem consumido sobretudo pelas classes trabalhadoras das diversas regiões do Brasil – carne e charque – determinou permanente contradição com as elites hegemônicas brasileiras, interessadas na depreciação do preço desses produtos.

¹ Fragmentos do livro *Ulisses va in America: História, Historiografia e Mitos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul (1875 – 1914)*, da mesma autora.

² Mestre em História Regional pela UPF. Professora da IDEAU de Getúlio Vargas.

2

Fortes tendências autonomistas, separatistas e regionalistas animaram a história do Rio Grande, no século XIX e começos do século XX, com importante expressão na produção historiográfica regional, que se dividiu, a grosso modo, na expressão de Ieda Gutfreind, em *matriz platina* e *lusitana*, sobretudo em fins do século XIX e começos do século XX. Segundo aquela autora, em *A historiografia rio-grandense*:

Por matriz, entende-se um tipo de discurso com características comuns encontradas em um conjunto de obras históricas, cujos conceitos adquirem significados ocultos, conforme a conjuntura que se desenvolve e, por isso mesmo, mantém uma vitalidade sempre eficaz. Essas matrizes representam a busca da identidade político-cultural do território sul-rio-grandense.³

Centro & Periferia

Inspiradas pelo regionalismo sulino ou pelo centralismo, as primeiras obras historiográficas sobre o RS foram de cunho literário. Elas abordaram sobretudo as guerras Farroupilha, do Paraguai, de 1893, etc., destacando seus heróis.

O ponto de vista divergente das elites nacionais e regionais expressou-se principalmente na luta em torno do caráter separatista ou federalista da Guerra Farroupilha, polêmica que prossegue ainda em nossos dias.

De um lado como o outro, não houve reflexão científica profunda, para conhecer as estruturas e o desenvolvimento da sociedade regional. As classes subalternas – peões, trabalhadores escravizados, etc. – não foram integrados a essas apresentações e explicações, a não ser em forma subalternizada.

A *matriz platina* reuniria os historiadores que enfatizavam a influências da região do Prata, defendendo a incorporação à história sulina das áreas das missões orientais. A *matriz lusitana* minimizaria a proximidade do RS das regiões platinas,

³ GUTFEIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p.11.

3

defendendo a supremacia da cultura lusitana e, portanto, a integração do RS ao Brasil.

Fixados em suas respectivas *matrizes*, os autores discutiam seus temas *platinos* e *lusitanos* preferidos. As principais questões historiográficas eram a fronteira; os jesuítas; os guaranis; a brasilidade; etc.

Representando a *matriz platina*, Alfredo Varela, historiador combatente, enfático e agressivo em suas colocações, diferenciava a história do RS, apresentando-a como inicialmente platina e reafirmando as idéias separatistas, sempre combatidas pelos representantes lusos.

República Sulina

Gutfeind lembra:

A historiografia do Instituto Histórico, a partir da década de 1920, apresentou tendências onde sobressaíram as explicações platina e lusitana da história sul-rio-grandense. Observa-se que essas tendências envolviam a disputa do poder entre grupos de classes dominantes.⁴

Em verdade, o forte autonomismo federalista do Estado Castilhistas-Borgista, na República Velha ensejava uma historiografia voltada para o autonomismo sulino, agora apoiada pelo poder regional. Sob a hegemonia do castilhismo republicano, a historiografia sulino assumiu um forte conteúdo positivista.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, nos anos 1920, apoiou fortemente o novo ativismo cultural e historiográfico conhecido pelo Rio Grande do Sul naquela década.⁵ A Livraria do Globo contribuiu em forma importante ao novo dinamismo cultural, assumindo a responsabilidade da divulgação

⁴ *Idem. ibid.*, p. 30.

⁵ *Idem. ibid.*, p. 30.

4
historiográfica do RS.⁶

Nesses anos, o positivismo tendeu a ser substituído pelo idealismo, doutrina segundo a qual as idéias, uma vez interiorizadas, convertiam-se em forças – idéias-forças que, por sua vez, impulsionavam os humanos à ação e explicavam a atividade social em geral.⁷

O processo de crescente integração nacional reflete-se na historiografia com o patrocínio de historiadores pelo governo central, com a incumbência de reproduzirem a concepção de que o gaúcho tinha origem lusitana, diferenciando-o fortemente dos platinos.

Sobretudo com a crescente centralização econômico-político-social determinada pela Revolução de 1930, aprofundaram-se, em forma natural e forçada, os laços unitários e identitários do Rio Grande do Sul com o resto do país, com forte reflexo na produção historiográfica.

Sem Negros, Índios e Caboclos

Historiadores a serviço do centralismo, como Moisés Vellinho, apresentaram visões preconceituosas, racistas e radicais, endeusando os portugueses, atribuindo-lhes qualidades exageradas e fantasiosas. Realizaram verdadeira limpeza étnica histórica fazendo desaparecer espanhóis, negros e índios da formação do RS.

Vargas faz um governo nacionalista, visando o Sudeste industrializado em especial. Ao frustrar as esperanças da resolução dos problemas do Estado, fortaleceu os mecanismos ideológicos e saudosistas, consolidando-se historiografia oficial exaltadora das virtudes do povo rio-grandense e de seus heróis. Em 1946, após a Democratização,

⁶ *Idem. ibid.*, p. 27.

⁷ Cf. GUTFEIND, ob. cit., p. 37.

5

fundou-se no RS o Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Nesse processo, as *matrizes platina e lusitana* identificaram-se gradativamente na construção de uma identidade profundamente *regionalista* para o sul do Brasil, com ênfase na idealização da economia pastoril, que expressava essencialmente a ótica das elites luso-sul-rio-grandenses pastoris e extra-pastoris.

Enquanto as duas *matrizes* estavam envolvidas na defesa de suas linhas de interpretação, esqueceram-se de registrar os fenômenos sócio-econômicos que ocorriam sobretudo no centro, no norte e o nordeste do RS. Esse esquecimento deve-se sobretudo ao fato de que se dava à margem das classes proprietárias tradicionais expressadas por aquelas correntes de pensamento.

A ocupação da Encosta Superior da Serra por colonos italianos fez parte desses fenômenos históricos praticamente ignorados por essa historiografia tradicional. federal, enquanto a Depressão Central e a metade sul possuem quatro.

A metade norte do RS, demorando a se desenvolver economicamente e sendo incorporada tardiamente ao resto do Estado e do Brasil, manteve-se à margem das decisões políticas até inícios do século XX.

Metade Esquecida

O interesse dos historiadores sulinos centraram-se na história do centro e do sul do Estado, com ênfase nas tradições e culturas do latifundiário meridional envolvido com o gado e as lidas campeiras, que produziram a única tradição cultuada em todo o Estado e mesmo fora deles.

Mário Maestri lembra: “Fora raras exceções, os historiadores gaúchos escreveram e reescreveram interpretações sobre o sul e o centro, praticamente mantendo importantes regiões e classes sociais do norte gaúcho, à margem do direito à

6
historia.”⁸

Apenas em 1997, Paulo Zarth publicou sua *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*, onde aborda do ponto do mundo do trabalho a história do caboclo, do imigrante, a organização escravista, a erva-mate, os tropeiros, a incorporação luso-brasileira das missões, o indígena e outros fatos históricos raramente tratados pela historiografia gaúcha.⁹

Apesar de haver algumas obras anteriores, é sobretudo a partir do I Centenário da Imigração Italiana para o RS, em 1975, que a imigração italiana passa a ser tema valorizado. Nesse ano organiza-se importante concurso monográfico sobre imigração e colonização que premiou duas obras clássicas desse campo historiográfico. A partir de então, imigração italiana tornou-se uma das áreas mais prolíferas da historiografia sulina, geralmente produto de descendentes de imigrantes.

Entretanto, essa historiografia não se desenvolveu plenamente nos quadros do mundo científico e acadêmico. Como vimos, a região jamais dispôs de centros universitários capazes ou interessados em apoiar a produção historiográfica sobre a região. A produção regional sobre a imigração foi em grande parte produzida sob a égide ideológica e material confeccional.

De certo modo, a hegemonia historiográfica religiosa, prosseguiu o quase monopólio cultural e ideológico mantido pelas ordens religiosas, sobretudo franciscana, sobre a Região Colonial Italiana, em geral, e seu mundo rural, em especial. Essa historiografia ressaltou os valores morais e religiosos como condição necessária da superação das dificuldades abismais vividas pelo colono no RS.

⁸ MAESTRI, Mário. Os tristes heróis de Paulo Zarth. *O Nacional*, Passo Fundo, 17 nov, 1999. p. 2.

⁹ Cf. ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

Um monopólio que ultrapassava a historiografia. Em 1979, José Clemente Pozenato lembrava sobre a literatura colonial:

A produção literária, nesse período, vai ser feita pela cultura clerical. Essa experiência de um patrocínio da cultura clerical, mesmo no plano literário, já existia na Itália, como o atestam as histórias de Frich-Croch e outras com heróis picarescos, cômicos, ou jacosos, escritas em dialetos regionais, por clérigos.¹⁰

Pozenato lembrava que “Togno Brusafrazi” fora “escrito para ensinar ao colono que ele devia mandar a criança para a escola, que não devia blasfemar e não devia entrar na maçonaria” e que ainda hoje, “a produção literária continua vinculada à cultura clerical. Parece que ainda não surgiu na região uma cultura leiga em substituição, ou totalmente desvinculada dos auspícios da primeira.”¹¹

Desde a origem da colonização, desenvolveram-se igualmente visões do processo colonial enfatizando o aspecto racial e nacional italiano, em detrimento do religioso, no processo colonial sul-rio-grandense. De menor expressão, essa interpretação apoiava-se sobretudo no Estado laico italiano e em setores urbanos maçônicos.

A *matriz étnica* acomodou-se e fundiu-se crescentemente à *matriz religiosa*, sobretudo com a aproximação do Estado italiano e do Vaticano, após o tratado de Latrão, nos anos 1920. Elas podem se apresentar em formas isoladas ou combinadas, sem maiores contradições.

Sobretudo nos primeiros tempos, a historiografia da RCI, na sua versão *religiosa* ou *étnica*, foi escrita por intelectuais não profissionais ou semi-profissionais

¹⁰ POZENATO, José Clemente. A literatura da imigração italiana. *In*: Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisa. *Imigração Italiana: Estudos*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979. p. 227.

¹¹ *Idem. ibid.*, p. 229.

8
relacionados afetivamente com a colônia, que retomaram e transformaram em interpretação historiográfica visões dos acontecimentos apresentadas pela memória colonial, oral e escrita; pelas autoridades diplomáticas italianas; pelos álbuns comemorativos; pelos relatos de vida, etc.¹²

A proximidade e contemporaneidade dos acontecimentos relatados introduziu na produção da historiografia italiana uma fonte pouco trabalhada pela historiografia gaúcha: a memória oral. Em forma geral, os relatos dos *vecchi* tendeu a ser reproduzido sem crítica metodológica.

A Voz do Colono

Antônio Hohlfeldt lembra sobre a importância dessa tradição oral:

[...] que a partir da viagem do imigrante se criou um tipo de literatura oral fundamental que é a narrativa das aventuras e desventuras da viagem, ainda não na forma do diário. Como o italiano era analfabeto, não tinha como registrar isso em diário, então o transmitia oralmente. O diário escrito surgirá, normalmente, só mais tarde, por interesse de terceiros [...].¹³

Entretanto, já em 1875, Olívio Manfroi destacava as possíveis armadilhas postas por essa informação:

O que mais subsiste, na memória dos descendentes, é a lembrança, mais efetiva do que precisa, das dificuldades materiais dos imigrantes, tanto na Itália como no Brasil, narradas pelos velhos (*vecchi*), nas reuniões familiares ou celebradas nos cantos populares.¹⁴

Em verdade, a memória humana é profundamente caprichosa. A ocorrência de um

¹² COSTA, Rovílio e BATTISTEL, Arlindo. *Assim vivem os italianos*. vol. I. Porto Alegre: EST/EDUCS, [s.d.] (3 vol.) p.47.

¹³ POZENATO, A literatura da imigração italiana. ob. cit., pp. 230-1.

¹⁴ MANFROI, ob. cit., p. 12.

9

fato, sua seleção, retenção, elaboração e transmissão são determinadas pelo tempo histórico e social. A memória histórica constitui depoimento contemporâneo sobre o passado em eterna reelaboração.¹⁵

Em geral, gravados na memória, os acontecimentos tristes são narrados com ênfase, repetidos comumente na primeira pessoa por aqueles que os viveram e não os viveram. São memórias nem sempre de ocorrências presenciadas mas ouvidos de terceiros e reinterpretados, na medida que expressam sentimento dos quais participamos.

Comunidades diferentes possuem tendencialmente memórias diferentes sobre o mesmo fato. A vivência dos indivíduos modifica suas apreciações sobre o passado. A mudança social do depoente, fenômeno geral na imigração colonial, determina e modifica o conteúdo de seu depoimento sobre os fenômenos relatados.

O historiador Mário Maestri lembra:

Num mundo dividido por contradições e exclusões, é inevitável que haja memórias que alcançam o sucesso e outras que precipitam no abismo do esquecimento. É comum que as interpretações/recordações de segmentos e camadas sociais realizem uma espécie de hipérbole temporal e social e alimentem e determinem as interpretações historiográficas hegemônicas.¹⁶

O Fato e a Interpretação

A memória é fecunda e vive sempre novas seleções e reelaborações. Somente a análise e crítica da memória de uma comunidade permite depurar e valorizar a documentação oral. Entretanto, os desvios da memória no registro da essência dos fatos objetivos é também um depoimento sobre esses próprios fatos.

¹⁵ Cf. MAESTRI. A travessia e a mata. Ob. cit., p. 192.

¹⁶ MAESTRI. A travessia e a mata. Ob. cit., p. 192.

Nesse sentido, a definição do sentido das possíveis desconexões e deformidades entre uma memória consolidada e os fatos históricos ilumina locais obscuros dos próprios acontecimentos e esclarece a função dessa memória na construção de interpretações historiográficas contemporâneas sobre os fatos em estudo.¹⁷

Também os registros pessoais escritos jamais são neutros. Ao contrário, regem-se por determinações em gerais inconscientes aos seus próprios produtores. As mais simples cartas e memórias de imigrantes são determinadas por objetivos e razões não explícitas: atrair parentes distantes; justificar partidas; autojustificar decisões, etc.

A utilização dessas fontes exige que se explicitem as razões dos narradores. É necessário identificar o autor dos depoimentos, inquirir sua relação com a nova vida, contextualizar o momento e a situação em que o depoimento foi escrito. Comumente essas narrativas foram e são tomadas ao pé da letra.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Rovílio e BATTISTEL, Arlindo. *Assim vivem os italianos*. vol. I. Porto Alegre: EST/EDUCS, [s.d.] (3 vol.)

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GUTFEIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2^a ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

¹⁷ Cf. ELIADE, ob. cit., p. 27.

11

MAESTRI, Mário. A travessia e a mata: Memória, e História. DAL BÓ, Juventino. [Org.] *Simpósio internacional sobre imigração italiana e estudos*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

MAESTRI, Mário. Os tristes heróis de Paulo Zarth. *O Nacional*, Passo Fundo, 17 nov, 1999.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: Implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975 .

POZENATO, José Clemente. A literatura da imigração italiana. In: Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisa. *Imigração Italiana: Estudos*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.